ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC)
Biênio 2026–2028

Aos 15 dias do mês de abril de 2026, às 19h15min, na Escola Municipal de Artes, no Centro Cultural Matarazzo, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), sob a presidência de Edison José da Silva, com a presença dos seguintes membros:

SOCIEDADE CIVIL:
Eduardo Silva de Oliveira (suplente – Economia Criativa); Silmara Maria Sanches (titular – Economia Criativa); Vitor Rafael Spiguel (suplente – Teatro); Nelson Hilário Carneiro (titular – Cultura Popular); Caroline Napoli (titular – Empresas/Produtores); Carlos Francisco Freixo (titular – Literatura); Márcio G. C. Marchioli (titular – Cultura Urbana); Edison José da Silva (titular – Patrimônio Cultural – Presidente); Renato José da Silva (suplente – Patrimônio Cultural).

PODER PÚBLICO:

Wilian Hugo Correa (titular – Coordenadoria da Juventude); Eliana Moretti (suplente – Coordenadoria do Idoso); Rachel Prudente (titular – Secretaria de Cultura); Cloves Ferreira (titular – Secretaria de Cultura); Doralice Inácio (suplente – Secretaria de Cultura); Helber Henrique Guedes (titular – FCT/UNESP);

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Foram registradas as seguintes justificativas de ausência:

Priscila Guidio Bachiega;
Virginia Nicoluci;
Paulo Brancati;
Eduardo Duarte Sanches;
Paulo Henrique da Silva Leonardo;
Paulo Sanches;
Haroldo Lobo;

B – EXPEDIENTE

Palavras do Secretário

O Secretário do Conselho, **Sr. Helber Henrique Guedes**, iniciou sua fala apresentando a proposta de organização dos trabalhos da reunião, destacando a necessidade de construção de um formato mais estruturado e objetivo para o funcionamento do CMPC. Informou sobre a importância da adoção de critérios para melhor condução das falas, sugerindo o tempo máximo aproximado de cinco minutos por intervenção, com o objetivo de garantir maior agilidade e cumprimento da pauta. Na sequência, apresentou a estrutura proposta para a reunião, organizada em: verificação de quórum, expediente e ordem do dia. Informou que, no momento da verificação, havia quórum suficiente para deliberação, com a presença de conselheiros titulares e suplentes em substituição. O Secretário destacou ainda que a pauta foi previamente organizada pela diretoria, contemplando:
– validação das atas encaminhadas previamente;
– falas institucionais da presidência, vice-presidência e membros;
– encaminhamento das deliberações previstas.

Esclareceu que o Conselho está regido pela Lei Complementar nº 303/2025, recentemente aprovada, que estabelece a nova composição e funcionamento do CMPC, sendo este o principal instrumento orientador para a construção do Regimento Interno. Pontuou que o regimento anterior poderá ser utilizado como referência, mas que será necessária a elaboração de nova regulamentação, adequada à legislação vigente. Em relação às atas, explicou que os documentos referentes à posse e à eleição da diretoria foram previamente encaminhados aos conselheiros, e que sua validação nesta reunião é condição para posterior publicação no Diário Oficial. Ressaltou que, a partir deste momento, será adotado como procedimento o envio prévio das atas e pautas junto às convocações, garantindo que os documentos sejam apreciados e aprovados nas reuniões subsequentes. Por fim, abriu espaço para manifestações dos conselheiros quanto às atas apresentadas, informando que, não havendo objeções, estas seriam submetidas à aprovação.

Palavras do Presidente

O Presidente do Conselho, **Sr. Edison José da Silva**, iniciou sua fala saudando os presentes e agradecendo a confiança depositada em sua eleição para a presidência do CMPC no biênio 2026–2028. Destacou que este primeiro encontro tem caráter inicial e de integração entre os membros, ressaltando a importância do conhecimento mútuo entre os conselheiros e da construção coletiva dos trabalhos do Conselho. O

Presidente enfatizou que, encerrado o processo eleitoral, o foco passa a ser a atuação conjunta em prol do fortalecimento do CMPC, independentemente das posições assumidas durante a eleição, reforçando o compromisso com o trabalho coletivo Informou que, previamente à reunião, realizou encontros com membros da diretoria e com representantes de segmentos culturais, buscando compreender as demandas existentes e o histórico recente do Conselho, bem como ampliar o diálogo com os diferentes eixos representados. Ressaltou ainda a importância da continuidade institucional, reconhecendo contribuições da gestão anterior, mas destacando que o momento atual exige organização e avanço das ações do Conselho. Em sua fala, compartilhou sua trajetória no campo cultural, com atuação destacada no segmento carnavalesco, apontando o caráter abrangente da cultura, que envolve múltiplas linguagens e profissionais, reforçando a necessidade de integração entre os diferentes segmentos artísticos no âmbito do CMPC. Por fim, colocou-se à disposição dos conselheiros para diálogo e construção coletiva, reafirmando o compromisso com o fortalecimento das políticas culturais no município. Em continuidade, o Presidente destacou sua trajetória na área cultural, ressaltando sua experiência na captação de recursos e na realização de atividades culturais, muitas vezes desenvolvidas com poucos ou nenhum apoio institucional. Pontuou que o papel do Conselho não é, em si, realizar transformações diretas, mas atuar na articulação dos interesses dos diversos segmentos culturais junto ao poder público, buscando condições para o fortalecimento das ações culturais no município. O Presidente fez uma reflexão sobre o cenário cultural local, mencionando a redução de iniciativas e grupos culturais ao longo dos anos, como no caso das escolas de samba e grupos de teatro, destacando a necessidade de levantamento e reconhecimento dos agentes e coletivos culturais atualmente ativos na cidade. Abordou também a importância das políticas públicas estruturantes, citando o histórico dos Pontos de Cultura em âmbito nacional, e apontando a necessidade de o município avançar na organização e consolidação de suas políticas culturais. Ressaltou, ainda, a urgência na construção de planejamento para a cultura no município, destacando que a ausência de organização e diretrizes pode impactar diretamente a classe artística e os trabalhadores da cultura. Enfatizou que a construção de um planejamento cultural consistente deve ser tratada como prioridade pelo Conselho, visando garantir melhores condições para o desenvolvimento das atividades culturais e para o acesso a recursos. Por fim, reforçou que o fortalecimento do CMPC depende da atuação coletiva e da capacidade de organização dos conselheiros, destacando a importância do compromisso com o desenvolvimento da política cultural no município.

Palavras da Vice-Presidente

A Vice-Presidente do Conselho, **Sra. Caroline Isabely Napoli da Silva Alcantu**, saudou os presentes e manifestou concordância com a proposta de organização da reunião por itens de pauta, destacando a importância de seguir uma condução estruturada para garantir o andamento dos trabalhos. Apresentou-se como profissional atuante na área de eventos no município, destacando sua experiência na prestação de serviços e organização de atividades culturais, e ressaltou sua motivação em contribuir com o Conselho a partir de uma atuação voltada à organização e articulação das ações. Pontuou que há um cenário de necessidade de regularização de procedimentos administrativos e documentais do Conselho, indicando que esse será um dos desafios a serem enfrentados ao longo do biênio. Na sequência, propôs a continuidade da reunião com a apresentação dos conselheiros presentes, orientando que cada membro informasse seu nome, área de atuação e segmento representado no Conselho.

Palavras dos Membros

Na sequência, deu-se início à apresentação dos conselheiros presentes, que informaram seus nomes, áreas de atuação e segmentos representados no Conselho Municipal de Política Cultural. O conselheiro **Carlos Francisco Freixo**, representante do segmento de Literatura, apresentou sua atuação à frente da Associação Prudentina de Escritores, destacando a realização contínua de atividades culturais no município, como o sarau mensal promovido pela entidade desde o ano de 2010, ressaltando sua regularidade e importância para a cena cultural local. Mencionou também a criação do Prêmio Benjamin Rezende de Arte, Cultura e Cidadania, iniciativa voltada ao reconhecimento de agentes culturais da cidade, que já contemplou mais de duzentas e sessenta pessoas ao longo de suas edições, sendo realizado com recursos próprios. O conselheiro apontou dificuldades enfrentadas na utilização de equipamentos públicos culturais, relatando a ausência de retorno por parte da gestão municipal quanto à solicitação de uso do Teatro Paulo Roberto Lisboa para realização de atividades culturais. Em sua fala, destacou a importância de o Conselho atuar de forma integrada entre os diferentes segmentos culturais, superando visões setoriais restritas, e reforçou a necessidade de construção e implementação do Plano Municipal de Cultura como instrumento fundamental para o desenvolvimento das políticas culturais no município. Por fim, manifestou disposição em contribuir com os trabalhos do Conselho, ressaltando o papel dos conselheiros como representantes da sociedade e a necessidade de atuação efetiva na garantia das políticas públicas culturais.

A conselheira **Silmara Maria Sanches** representante do segmento de Economia Criativa e Casa do Artesão, apresentou-se informando sua recente participação no Conselho, destacando que ainda está em processo de compreensão do funcionamento do CMPC. Relatou que o segmento de artesanato possui atuação significativa no município, mencionando que a associação conta atualmente com cinquenta e dois membros. Apontou, ainda, a necessidade de ampliação de espaços para formação, exposição e comercialização dos produtos artesanais, destacando a carência de feiras e locais adequados para o desenvolvimento das atividades do segmento. Na sequência, deram continuidade às apresentações dos conselheiros e participantes presentes. O conselheiro **Vitor Rafael Spiguel,** suplente do segmento de Teatro, apresentou sua atuação como ator profissional e educador em artes cênicas, destacando seu vínculo com atividades formativas no Centro Cultural Matarazzo, no Maestro Juliano e em estúdio de dança. Ressaltou seu interesse em contribuir para o fortalecimento da produção teatral no município, incluindo a ocupação de diferentes espaços culturais. O participante **Eduardo Silva de Oliveira**, integrante de coletivo juvenil vinculado à Igreja Assembleia de Deus, apresentou sua atuação junto a jovens no município, destacando o interesse em ampliar a participação de iniciativas culturais vinculadas a esse público, bem como contribuir para ações culturais com impacto social. O conselheiro **Willian Hugo Correa**, representante da Coordenadoria da Juventude, apresentou sua atuação no poder público, destacando sua função como gestor de equipamentos públicos e sua disposição em apoiar ações culturais nos territórios, especialmente em regiões periféricas e de maior vulnerabilidade social. Ressaltou a importância da descentralização das políticas culturais, mencionando equipamentos como as Praças da Juventude e o Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU), colocando tais espaços à disposição para realização de atividades culturais. De modo geral, as falas dos membros destacaram a diversidade de atuações presentes no Conselho e a importância da ampliação do acesso às políticas culturais nos diferentes territórios do município. O conselheiro **Nelson Hilário Carneiro**, representante do segmento de Cultura Popular, apresentou-se como mestre de capoeira e professor, destacando sua trajetória na área cultural e seu interesse em aprofundar conhecimentos sobre políticas culturais e organização do setor. Relatou dificuldades no acesso a informações e formação na área cultural, apontando a necessidade de maior estruturação e disseminação de conhecimento sobre direitos, deveres e funcionamento das políticas culturais. Manifestou sua disposição em contribuir com os trabalhos do Conselho e em aprender coletivamente com os demais membros. Na sequência, o conselheiro **Renato de Jesus Souza Silva**, suplente do segmento de Patrimônio Cultural, apresentou sua atuação junto ao

Clube Amigos da Viola, destacando o trabalho desenvolvido há mais de vinte anos na promoção, preservação e difusão da cultura caipira, incluindo a realização de eventos culturais no município. Informou que encaminhou ao Conselho uma carta contendo propostas, dentre elas o apoio institucional à iniciativa de reconhecimento da cultura caipira como patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo, por meio de projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa. Mencionou ainda a existência de mobilização com abaixo-assinado em apoio à proposta, bem como sugeriu a apreciação, por parte do Conselho, de moções de reconhecimento a agentes culturais do município. Por fim, ressaltou sua participação em processos anteriores de discussão sobre políticas culturais, incluindo conferências de cultura, e destacou a importância da efetivação do Plano Municipal de Cultura, colocando-se à disposição para contribuir com os trabalhos do Conselho. **Márcio G. C. Marchioli**, representante do segmento de Cultura Urbana, fez uso da palavra, manifestando sua participação na reunião e colocando-se à disposição para contribuir com os trabalhos do Conselho. **Luís Valente**, cidadão presente à reunião, vinculado ao Pontão de Cultura Galpão da Lua, fez uso da palavra, apresentando sua trajetória em movimentos culturais e redes de articulação, destacando sua atuação em fóruns de políticas públicas culturais em âmbito estadual e nacional, bem como no movimento de teatro de rua. Ressaltou a importância do acompanhamento da legislação cultural e do exercício do controle social, informando que tem se dedicado ao estudo da legislação municipal de cultura e à análise de dados disponíveis no Portal da Transparência, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das políticas culturais no município. Na sequência, a conselheira **Eliana Moretti**, suplente da Coordenadoria do Idoso, apresentou-se informando sua participação no Conselho em substituição ao titular. A conselheira **Doralice Inácio**, representante da Secretaria Municipal de Cultura, apresentou-se destacando sua atuação na área cultural. A conselheira **Rachel Prudente**, representante da Secretaria Municipal de Cultura, informou sua atuação na área de patrimônio cultural no âmbito da secretaria. O conselheiro **Clóvis Ferreira**, representante da Escola Municipal de Artes, apresentou a instituição, destacando sua atuação na formação cultural no município, com mais de setecentos alunos matriculados e diversos projetos nas áreas musicais, do erudito ao popular. Ressaltou a importância da Escola Municipal de Artes como espaço formativo e propôs o estabelecimento de parcerias com o Conselho Municipal de Política Cultural, visando o fortalecimento das ações culturais no município. Na sequência, foram realizadas as apresentações dos conselheiros e participantes presentes, que informaram suas áreas de atuação, segmentos representados e experiências no campo cultural. Durante este momento, registrou-se também a participação de pessoas presentes que não compõem

formalmente o Conselho Municipal de Política Cultural, mas que acompanharam a reunião e contribuíram com falas relacionadas às suas experiências e atuações no campo cultural. As falas, de modo geral, evidenciaram a diversidade de segmentos representados, bem como a presença de agentes culturais com diferentes trajetórias, destacando demandas relacionadas à organização das políticas culturais, ampliação de espaços de atuação e fortalecimento das ações no município.

Palavras da Ex-Presidente

A ex-presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Sra. Iara Oly, fez uso da palavra para apresentar um balanço de sua gestão, destacando a atuação ao longo do período e os avanços alcançados nas políticas públicas culturais do município. Ressaltou como diretrizes principais de sua gestão a descentralização de recursos e atividades culturais, a ampliação da transparência nos processos, com a adoção de instrumentos como editais e licitações, e o fortalecimento do controle social por meio do acesso às informações no Portal da Transparência. Destacou o fortalecimento do Fundo Municipal de Cultura, a ampliação de recursos por meio de emendas parlamentares e investimentos externos, bem como a adesão ao marco regulatório de fomento à cultura, possibilitando maior desburocratização e ampliação das formas de contratação de trabalhadores da cultura. Mencionou ainda ações voltadas à inclusão e diversidade, como a retomada da Casa Afro, a realização de escutas públicas voltadas à cultura negra e o apoio à regularização de artistas e coletivos culturais, incluindo sua formalização como pontos de cultura. Apontou que o município possui experiências relevantes no campo das políticas culturais, destacando o reconhecimento do Conselho em outros espaços e sua atuação como referência no interior. Enfatizou a importância da inclusão como princípio orientador das políticas culturais, destacando a necessidade de avanços, especialmente no campo da acessibilidade, apontando a ausência de legislação municipal específica como um desafio a ser enfrentado. Agradeceu aos conselheiros e à Secretaria Municipal de Cultura pelo trabalho conjunto e pelo diálogo institucional ao longo de sua gestão, ressaltando a importância da atuação coletiva na construção das políticas públicas. Registrou sua trajetória de seis anos no Conselho, sendo dois como presidente, destacando a ausência de sanções ou apontamentos de irregularidades durante sua atuação, colocando-se à disposição para contribuir com a nova gestão. Por fim, desejou êxito à nova diretoria, reforçando a importância do compromisso com as demandas coletivas, da escuta ativa e da continuidade dos trabalhos, especialmente no que se refere à

elaboração do Plano Municipal de Cultura, que se encontrava em fase de encaminhamentos administrativos.

C – ORDEM DO DIA

1. Definição da periodicidade e data das reuniões

Foi colocada em discussão a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho, sendo consenso entre os membros a necessidade de realização mensal. Após debate entre os conselheiros, foram apresentadas sugestões quanto aos dias da semana, sendo consideradas as opções de segunda-feira e terça-feira. Submetida à deliberação, foi aprovada a realização das reuniões ordinárias **na segunda semana de cada mês, às terças-feiras**, em horário a ser mantido conforme convocação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2. Definição dos meios de convocação e comunicação do Conselho

Na sequência, foi debatida a forma de comunicação oficial do Conselho, considerando a necessidade de garantir ampla divulgação e organização dos trabalhos. Ficou definido que as convocações das reuniões serão realizadas por meio de:

- publicação no Diário Oficial do Município;
- envio por correio eletrônico (e-mail) aos conselheiros;
- comunicação via grupo de WhatsApp institucional;

Foi destacada a necessidade de atualização dos contatos dos conselheiros, especialmente quanto à inclusão de titulares e suplentes nos canais de comunicação. Também foi apontado que o grupo de WhatsApp atualmente utilizado é remanescente da gestão anterior, sendo necessário reorganizá-lo para contemplar a nova composição do Conselho.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

3. Definição da construção da pauta das reuniões

Foi debatida a forma de construção das pautas das reuniões do Conselho, sendo consensuado que os conselheiros poderão encaminhar previamente sugestões de temas e demandas para composição da pauta. Ficou definido que a pauta será organizada pela diretoria a partir das contribuições dos membros, contemplando tanto

demandas estruturais quanto questões específicas dos diferentes segmentos culturais. Também foi destacada a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias, conforme necessidade de discussão de temas urgentes ou relevantes.

Encaminhamento: A pauta das reuniões será construída de forma colaborativa, a partir de sugestões dos conselheiros.

4. Diretrizes iniciais para organização dos debates e participação

Foi discutida a dinâmica de participação nas reuniões, destacando-se a importância de organização do tempo de fala, a fim de garantir a condução dos trabalhos. Ficou indicado que as reuniões deverão adotar critérios de organização das falas, com definição de tempo para intervenções, visando maior objetividade e cumprimento da pauta. Também foi reforçado o caráter democrático do Conselho, com possibilidade de participação de convidados e interessados, observando-se a organização necessária para o bom andamento das reuniões.

Encaminhamento: A dinâmica de falas será organizada pela mesa diretora, com critérios a serem detalhados no Regimento Interno.

5. Construção do Regimento Interno

Foi destacada a necessidade de elaboração do Regimento Interno do Conselho, tomando como base a Lei Complementar nº 303/2025. Foi sugerido que os conselheiros realizem leitura prévia da legislação vigente e de versões anteriores de regimentos, a fim de subsidiar a construção coletiva do novo documento. Ficou indicado que a elaboração do regimento deverá contemplar aspectos como funcionamento do Conselho, processo de eleições, participação dos membros e demais normas operacionais.

Encaminhamento: O tema será aprofundado nas próximas reuniões, com base na legislação vigente e materiais de referência.

6. Informes e manifestações

Durante o debate, foram mencionadas questões relacionadas à gestão de políticas públicas culturais no município, incluindo apontamentos sobre formas de contratação e execução de serviços culturais. Foi indicado o encaminhamento de documentos e processos administrativos aos conselheiros para conhecimento e análise.

Registro: As manifestações foram registradas para conhecimento do Conselho, sem deliberação específica neste momento.

7. Criação da Comissão do Regimento Interno

Foi colocada em pauta a necessidade de criação de uma comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural. Durante a discussão, destacou-se a importância do regimento como instrumento fundamental para organização e funcionamento do Conselho, devendo ser construído com base na Lei Complementar nº 303/2025. Foi proposto que a comissão elabore uma minuta inicial do Regimento Interno, a ser apresentada na reunião subsequente, para apreciação, debate e deliberação pelo plenário do Conselho. Ressaltou-se que a elaboração do regimento deve considerar o processo de integração dos conselheiros, especialmente aqueles que estão iniciando sua participação no Conselho, garantindo a construção coletiva e qualificada do documento. Também foi apontada a necessidade de fortalecimento da participação dos conselheiros, destacando que a consolidação do Conselho e a elaboração do regimento devem ocorrer de forma articulada e simultânea. Após discussão, foi deliberada a criação da Comissão do Regimento Interno.

Deliberação: Aprovada a criação da Comissão do Regimento Interno.

Encaminhamento: A comissão deverá elaborar proposta de minuta do Regimento Interno para apresentação na próxima reunião do Conselho. Durante a discussão sobre a criação da Comissão do Regimento Interno, foi apresentada proposta para composição e funcionamento da referida comissão. Foi sugerido que a comissão seja composta por um número reduzido de membros, a fim de garantir maior agilidade na elaboração da minuta, sendo indicada a seguinte composição:

– dois representantes da sociedade civil;
– dois representantes do poder público;
– coordenação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;

Foi destacado que a proposta de redução do número de integrantes visa evitar morosidade no processo de elaboração do regimento, permitindo maior objetividade e avanço nos trabalhos. Também foi sugerido que a comissão utilize como referência modelos de regimentos internos já existentes em outras instâncias, incluindo documentos do Governo Federal e do Ministério da Cultura, realizando as devidas adaptações à realidade local. Ressaltou-se que a minuta a ser elaborada pela comissão será posteriormente apresentada ao plenário do Conselho, que terá competência para debater, propor

alterações e deliberar sobre sua aprovação. Foi destacado, ainda, que a construção do regimento deve considerar o caráter voluntário da participação dos conselheiros, bem como o processo de aprendizagem e integração dos membros.

Deliberação: Aprovada a criação da Comissão do Regimento Interno, com composição a ser definida conforme proposta apresentada.

Encaminhamentos:

– formação da comissão com representantes da sociedade civil e do poder público;
– coordenação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
– levantamento de modelos de regimento interno para subsidiar a elaboração da minuta;
– apresentação da proposta de regimento em reunião futura para deliberação do Conselho.

Durante a discussão, foram apresentadas diferentes posições quanto ao momento adequado para definição da composição da comissão, considerando a necessidade de ampla participação dos segmentos representados no Conselho. Parte dos conselheiros manifestou a importância de garantir maior representatividade no processo de construção do regimento, sugerindo a realização de nova convocação, inclusive em caráter extraordinário, para ampliar a participação dos membros. Por outro lado, foi ressaltada a necessidade de dar celeridade aos trabalhos do Conselho, considerando o estágio inicial de organização e a importância de avançar na definição de sua estrutura de funcionamento. Também foram levantadas questões relativas à composição do Conselho e à necessidade de maior clareza quanto à representação dos segmentos, bem como à consolidação das informações institucionais. Após debate, foi consensuado que a criação da comissão deverá ocorrer com base na disponibilidade e interesse dos conselheiros, sendo considerada a participação dos membros presentes como ponto de partida para o andamento dos trabalhos.

Encaminhamento: A definição final da composição da Comissão do Regimento Interno será consolidada na próxima reunião, podendo contar com a participação dos conselheiros interessados.

8. Definição das Comissões Temáticas

Foi apresentada a necessidade de definição das comissões temáticas do Conselho, considerando sua importância para subsidiar a elaboração do Regimento Interno e a organização dos trabalhos do

CMPC. Durante a discussão, foi sugerido que a definição das comissões temáticas ocorra de forma articulada com a elaboração do regimento, de modo que a estrutura das comissões já seja incorporada ao documento. Foi proposta a possibilidade de antecipar a discussão sobre as comissões, com o objetivo de orientar os trabalhos da comissão responsável pela elaboração do regimento. Também foram levantados pontos relacionados à organização do funcionamento do Conselho, destacando-se:

– a necessidade de cumprimento do horário de início das reuniões, como forma de garantir o respeito aos membros presentes;
– a importância de definição clara das atribuições das comissões e dos conselheiros envolvidos;
– o caráter coletivo e institucional das discussões, evitando fragmentações por interesses individuais;

Durante o debate, foi destacada a preocupação com a participação e representatividade dos segmentos culturais no Conselho, sendo apontada a necessidade de ampliar o envolvimento dos agentes culturais nas discussões. Após as manifestações, não houve deliberação conclusiva sobre a definição das comissões temáticas neste momento.

Encaminhamento: O tema será retomado em reunião futura, em articulação com os trabalhos da Comissão do Regimento Interno.

Dando continuidade à pauta, foi retomada a discussão sobre a criação da Comissão do Regimento Interno, sendo reforçada a necessidade de início imediato dos trabalhos para organização do Conselho. Foi destacado que a Lei Complementar nº 303/2025 já prevê a existência de comissões temáticas, sendo apontado que a elaboração do Regimento Interno deverá contemplar essa estrutura. Ficou acordado que a definição das comissões temáticas será aprofundada em reunião futura, mediante apresentação de sugestões pelos conselheiros. Na sequência, foi submetida à deliberação a criação da Comissão do Regimento Interno, nos seguintes termos:

– composição com dois representantes da sociedade civil;
– dois representantes do poder público;
– coordenação dos trabalhos pela diretoria do Conselho;

Foi definido que os representantes da sociedade civil seriam indicados entre os conselheiros presentes, e que a Secretaria Municipal de Cultura será responsável por indicar os representantes do poder público, incluindo apoio técnico e jurídico aos trabalhos da comissão. Os membros da sociedade civil foram definidos por aclamação, ficando

seus nomes a serem formalizados posteriormente por meio de ato administrativo. Ficou estabelecido que a comissão deverá elaborar uma minuta do Regimento Interno, a ser apresentada na próxima reunião ordinária do Conselho para apreciação e deliberação do plenário.

Deliberação: Aprovada, por aclamação, a criação da Comissão do Regimento Interno.

9. Definição das prioridades iniciais do Conselho

Dando continuidade à reunião, foi colocada em pauta a definição das prioridades iniciais do Conselho Municipal de Política Cultural. Foi destacado pelos membros que o **Plano Municipal de Cultura** se apresenta como uma das principais prioridades a ser tratada pelo Conselho, considerando sua importância como instrumento estruturante das políticas públicas culturais no município. Durante a discussão, foi ressaltada a necessidade de maior mobilização e participação dos conselheiros, sendo apontada a importância de articulação por parte da diretoria para ampliar o engajamento dos membros nas reuniões e nos trabalhos do Conselho. Também foi apresentado o histórico recente relacionado à construção do Plano Municipal de Cultura, destacando que, na gestão anterior, houve a criação de comissão específica para tratar do tema, com participação de representantes do poder público e da sociedade civil, incluindo diferentes secretarias municipais, instituições e segmentos culturais. Foi mencionado que houve avanços na elaboração do documento, com deliberação em plenário, porém o processo não teve continuidade na etapa de encaminhamento e implementação. Durante o debate, foi apontada a necessidade de o Conselho retomar a discussão sobre o Plano Municipal de Cultura, definindo o modelo de construção a ser adotado, bem como a forma de articulação com o poder público e demais atores institucionais.

Encaminhamento: O tema do Plano Municipal de Cultura será retomado em reuniões futuras, com vistas à definição de estratégia para sua elaboração e implementação, podendo envolver a criação de comissão específica.

Em continuidade à discussão sobre o Plano Municipal de Cultura, foi apresentada a proposta de criação de uma comissão paritária, de caráter temporário, com o objetivo de discutir e definir a metodologia de construção do referido plano. Foi ressaltado que a criação desta comissão não se destina, neste primeiro momento, à elaboração direta do plano, mas à definição das diretrizes, estrutura e metodologia a serem adotadas no processo. Foi sugerido que a discussão sobre a

criação desta comissão seja retomada na reunião ordinária do mês de maio, com a apresentação de proposta mais estruturada quanto à sua composição, incluindo a definição do número de representantes do poder público e da sociedade civil, bem como os órgãos e segmentos a serem contemplados. Destacou-se que o Plano Municipal de Cultura constitui instrumento central para a política cultural do município, sendo responsável por orientar diretrizes relacionadas ao Fundo Municipal de Cultura, aos Pontos de Cultura e às demais ações estruturantes do setor. Foi indicado, ainda, que os conselheiros poderão contribuir com sugestões para subsidiar a construção da proposta a ser debatida em reunião futura.

Encaminhamento: Retomar, na reunião ordinária subsequente, a discussão sobre a criação de comissão temática para definição da metodologia de elaboração do Plano Municipal de Cultura.

10. Prioridades estratégicas – execução de políticas culturais

Durante a continuidade dos debates, foi ressaltada a importância de dar continuidade às ações e aprendizados da gestão anterior, aproveitando experiências bem-sucedidas e aprimorando os processos já iniciados no âmbito do Conselho. Destacou-se o papel dos conselheiros na articulação com suas respectivas áreas e órgãos de representação, reforçando a importância do diálogo com o poder público para qualificação das políticas culturais. Na sequência, foi apontada como prioridade imediata do Conselho a **execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)** no município, considerando que os recursos já se encontram disponíveis e que sua aplicação é fundamental para o fortalecimento do setor cultural. Foi ressaltada a necessidade de celeridade na implementação das ações, especialmente no que se refere à elaboração e lançamento de editais, de modo a garantir o acesso dos agentes culturais aos recursos disponíveis. Durante o debate, foram levantadas questões relacionadas à forma de execução da política, incluindo a necessidade de discussão sobre os modelos de gestão e acompanhamento, bem como a importância da atuação do poder público na condução direta das políticas culturais.

Encaminhamento: O tema da execução da PNAB deverá ser aprofundado em reuniões futuras, com vistas à definição de estratégias e acompanhamento por parte do Conselho.

11. Execução de recursos e definição de pauta extraordinária

Durante os debates, foi levantada a questão da execução de recursos destinados à cultura, incluindo recursos de origem federal, estadual e emendas impositivas, destacando a necessidade de acompanhamento por parte do Conselho. Foi informado que a Secretaria Municipal de Cultura iniciou tratativas para abertura de editais e processos administrativos relacionados à execução desses recursos. Considerando o caráter emergencial do tema, especialmente no que se refere à execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), foi consensuada a necessidade de aprofundamento da discussão em reunião específica. Ficou indicado que será realizada reunião extraordinária do Conselho, com o objetivo de tratar exclusivamente da execução dos recursos culturais, incluindo a apresentação de informações por parte da Secretaria Municipal de Cultura. Também foi proposta a convocação da Secretaria para prestar esclarecimentos sobre o andamento dos processos e apresentar os materiais disponíveis, de modo a subsidiar a deliberação do Conselho.

Encaminhamentos:
– realização de reunião extraordinária para tratar da execução dos recursos culturais;
– convocação da Secretaria Municipal de Cultura para apresentação de informações e documentos;
– articulação entre conselheiros para acompanhamento e contribuição no processo;

12. Encaminhamentos finais e definição de próximas reuniões

Ao final da reunião, foram consolidados os seguintes encaminhamentos:

– realização de **reunião extraordinária**, com pauta única, destinada à discussão da execução dos recursos culturais (incluindo PNAB), diante do caráter emergencial do tema;

– indicação de que a reunião extraordinária deverá ocorrer no prazo aproximado de 15 dias, podendo ser realizada em formato online, a fim de facilitar a participação dos conselheiros;

– definição de que, na próxima reunião ordinária, será pautada a **criação de comissão temática para tratar do Plano Municipal de Cultura**, nos moldes da metodologia adotada para a Comissão do Regimento Interno;

– confirmação de que a presente reunião deliberou sobre os pontos previstos em pauta, incluindo a criação da Comissão do Regimento Interno e as definições iniciais de funcionamento do Conselho;

– indicação de que a ata da presente reunião será submetida à leitura e aprovação na próxima reunião, para posterior encaminhamento à publicação oficial.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 21h30min.

Eu, Helber Henrique Guedes, Secretário do Conselho Municipal de Política Cultural, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação do plenário na próxima reunião e, após aprovação, assinada pela Presidência e Secretaria.

Atenciosamente,

Presidente CMPC

Edison José da Silva

1º Secretário CMPC

Helber Henrique Guedes